

Projetos intergeracionais no Brasil: um estudo exploratório da conjunção de idosos asilados e crianças institucionalizadas

PAULO DE JESUS MONÇORES (PUC-PR / Fac. Santa Cruz de Curitiba)

ISSN 1518-4382

REFERÊNCIA:

MONÇORES, Paulo de Jesus. Projetos intergeracionais no Brasil: um estudo exploratório da conjunção de idosos asilados e crianças institucionalizadas In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2005, p. 420-435.

Resumo

Este estudo exploratório inicialmente aborda alguns aspectos relevantes da atual situação do idoso asilado e das crianças abrigadas no Brasil, não só em termos demográficos e sócio-econômicos, como também sob uma visão da importância da saúde mental para ambos os grupos. O artigo apresenta o resultado da investigação e discussão da possibilidade do uso de projetos e programas intergeracionais como solução de parte dos problemas apresentados, através de uma proposta de iniciativas sociais de reunião de idosos asilados com crianças abrigadas. Demonstra-se, via uma abordagem qualitativa, que existe uma possibilidade de que tais projetos e programas desenvolvam atividades significativas para ambas os grupos, a ponto de encorajar a auto-estima dos indivíduos participantes e o sentimento de pertencimento e de identidade, graças à oferta recíproca de elementos e símbolos de afeição mútua. Também são relatadas algumas iniciativas de empreendedorismo social bem sucedidas de projetos e programas intergeracionais no exterior, seus principais benefícios, riscos inerentes e impactos sociais na comunidade nos quais estavam inseridos. Finalmente, há algumas sugestões sobre pesquisas e novas oportunidades na área de empreendedorismo social, relacionadas ao tema deste artigo.

1. INTRODUÇÃO

A despeito da condenação por especialistas da prática de internamento e ênfase na necessidade de inserção da criança abandonada ou órfã numa família e numa comunidade, a realidade brasileira demonstra que abrigos quase sempre tendem a se tornarem lares permanentes. As soluções de abrigamento têm dois níveis de atendimento: a permanência breve (visando a recuperação do vínculo com a família) e a continuada. A comunidade de crianças focada neste artigo pertence ao segundo caso, onde o abrigo apresenta um caráter de permanência, em razão da impossibilidade de retorno ao convívio familiar imediato por motivo de abandono, violência ou orfandade.

Embora as instâncias federal, estaduais e municipais no Brasil se esforcem em promover práticas de autonomia, desenvolvimento escolar e na preparação para a inserção no mercado de trabalho destas crianças abrigadas, aquelas em regime de permanência continuada sofrem de sérios problemas emocionais relacionados à falta de uma vinculação afetiva. Infelizmente, a infância conturbada e privada de laços afetivos fortes traz conseqüências futuras para o repertório comportamental destas crianças, principalmente para sua auto-estima, que pode definir sua forma de relacionamento com os outros e com o mundo em geral (Weber & Kossobudzki, 1996).

Se por um lado temos grandes problemas com crianças abrigadas em regime de permanência continuada no Brasil, por outro lado, temos uma geração de idosos¹ em situação bastante assemelhada, mas por motivos distintos. Frequentemente, o somatório de experiências de um idoso asilado, todo um valioso tesouro existencial, fica enterrado nas quatro paredes de um asilo (incluindo, nesta categoria, casas de repouso, lares de idosos, clínicas geriátricas e congêneres). Além disso, o desconforto ocasionado pela inatividade dele leva a queda da auto-estima a patamares alarmantes, dominados por sensações de solidão, apatia e desmotivação.

O problema é ainda mais agravado pelos preconceitos incorporados pela sociedade ocidental, que dificultam a vida dos idosos asilados, tais como: rotular os valores dos idosos como antiquados e, conseqüentemente, inferiores; qualificá-los como menos habilidosos para fazer julgamentos e críticas; desvalorizá-los em relação aos mais jovens, em termos de atenção; considerá-los incapazes de desfrutar dos prazeres da vida em função do processo de envelhecimento. O pior, é que os próprios idosos incorporam alguns desses preconceitos e podem, muito facilmente, desvalorizarem a si próprios, ou cair naquilo que eles acreditam que se espera deles (Paschoal, 2000, pp. 4-13).

Este artigo registra a análise da possibilidade de conjunção de idosos independentes e semidependentes (aqueles que requerem o auxílio de terceiros para realização de atividades da vida diária) que vivem em asilos e crianças órfãs, em situação de rua, abandonadas e vitimizadas (violência doméstica ou abuso sexual) que vivem em abrigos. Esta união poderia trazer benefícios mútuos para ambos os grupos, especialmente em termos de saúde mental e atendimentos de carências afetivas recíprocas, através de processos de integração ampla entre a riqueza do passado e a promessa do futuro: os chamados projetos intergeracionais. Através deles, idosos asilados poderiam encarnar o papel de avôs e avós das crianças abrigadas. Por sua vez, as crianças institucionalizadas poderiam vir a se tornar os netos e netas dos idosos asilados, em um processo mutuamente recompensador.

Para os idosos asilados estes projetos podem representar uma oportunidade de permitir que eles deixem de simplesmente esperar a morte e voltem a contribuir para a sociedade de forma ativa e produtiva, com possibilidade de promoção de sentimentos de prestígio e competência. O envolvimento com atividades de enriquecimento pessoal, de convivência, de produtividade, pode levá-los a encontrar, com prazer, um novo sentido para a vida. A sanidade mental e “emocional” pode trazer-lhes melhores condições de vida e saúde física, culminando com uma redução de custos para o sistema de saúde do governo e, indiretamente, para a sociedade em geral.

Para as crianças abrigadas estes projetos podem levá-las a um progressivo aumento da própria auto-estima, que é a avaliação que a criança ou o adolescente institucionalizado realiza das diferentes representações que tem de si mesmo. Os principais transtornos da infância estão relacionados com alterações da auto-estima, componente básico da personalidade. A possibilidade do uso de projetos intergeracionais poderia minimizar: transtornos de aprendizagem, transtornos da comunicação-verbal; transtornos por déficit de atenção, fobias sociais, transtornos de identidade sexual e outros.

Deste modo, o objetivo deste estudo exploratório é promover uma investigação mais precisa e uma maior familiarização com projetos intergeracionais envolvendo idosos asilados e crianças abrigadas, a fim de permitir uma maior precisão da formulação de problemas e criação de hipóteses no futuro envolvendo este tema, através do desenvolvimento de novas idéias e intuições. Este estudo também propiciará a obtenção de informações sobre possibilidades práticas de realização de pesquisas na área de empreendedorismo social em situações de vida real. Em função deste objetivo, foram considerados muitos aspectos distintos das populações de idosos asilados e de crianças abrigadas.

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1962, considera idoso o indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. O Brasil, no texto da Lei 8.842/94 adota essa mesma definição. Fonte: o autor.

2. METODOLOGIA

Após uma cuidadosa pesquisa do tema principal deste artigo em livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, em diversas fontes no Brasil, tais como as bibliotecas da PUC-PR e da UFPR, o repositório digital da ABONG², a Biblioteca Digital de Teses e dissertações da Universidade de São Paulo, a Biblioteca Digital de Teses e dissertações da UFRGS e o repositório digital SciELO³, optou-se pelo estudo exploratório. Em nenhuma das fontes bibliográficas consultadas foi encontrada teoria específica sobre projetos intergeracionais envolvendo a integração de crianças abrigadas em regime permanente e idosos asilados independentes e semidependentes. No caso de situações e problemas em que o conhecimento é muito restrito, normalmente o estudo exploratório é o mais recomendado. A pesquisa exploratória poderá proporcionar a obtenção da experiência que auxilie a formulação de hipóteses expressivas para uma pesquisa mais concludente, graças a uma melhor compreensão do assunto analisado neste artigo, onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (Selltiz, 1987, pp. 60-75; Vergara, 2003).

A primeira etapa deste artigo envolveu um levantamento e análise bibliográfica de fontes secundárias, incluindo exame de conteúdos mais estritamente ligados ao objeto deste estudo, ou seja, modelo asilar, crianças abrigadas, saúde mental, relações e projetos intergeracionais, bem como empreendedorismo social. Tentou-se obter informações suficientes para caracterizar e explicar tanto aspectos singulares do idoso asilado e da criança abrigada, quanto os pontos em comum entre estas gerações tipificadas.

Em seguida, há uma análise de exemplos de projetos intergeracionais que visam estimular a compreensão dos benefícios inerentes à conjunção de idosos asilados e crianças abrigadas. Toda a bibliografia disponível consultada sobre os conteúdos foi devidamente resenhada, com o intuito da busca por hipóteses que dela pudessem ser derivadas.

Embora esta metodologia receba muitas críticas quanto a dependência em excesso das capacidades integradoras do pesquisador para reunir, numa interpretação unificada, muitos e diversos aspectos de informação (Selltiz, 1987, pp. 60-75), ela dá conta do objetivo principal deste artigo: provocar e não verificar hipóteses. Portanto, não faz parte do escopo deste artigo o uso de uma pesquisa quantitativa entre a população de asilos e abrigos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

3.1 Envelhecimento Populacional: Aspectos Demográficos e Sócio-Econômicos

O aumento da longevidade é considerado uma conquista social, um progresso da medicina e da tecnologia. Por outro lado, o envelhecimento populacional é visto com preocupação, já que a sociedade atual não está preparada para a realidade da simultaneidade de gerações. O aumento da longevidade produzirá um tipo de agrupamento humano que poderá constituir-se pela concomitância de 4, 5 ou até mesmo 6 gerações. Segundo o relatório do CSIS (2002), o envelhecimento global é um dos mais sérios problemas que o mundo poderá enfrentar logo na primeira metade do século XXI. Se as nações não repensarem radicalmente o trabalho, os impostos e as políticas sociais, o futuro será marcado pelas pessoas de 60 anos cuidando dos idosos de 80.

Para Schirrmacher (2004, pp. 29-32), a humanidade está às vésperas de uma revolução econômica, política e cultural, motivada pelo envelhecimento da população. Até 2050 o número de idosos no planeta pode triplicar, enquanto o resto da população aumentará apenas 50%. O total de homens e mulheres centenários pode se multiplicar por dez. Na América Latina, o número de pessoas com

² Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (<http://www.abong.org.br>).

³ *Scientific Electronic Library Online* (<http://www.scielo.br>).

mais de 80 anos poderá ser quatro vezes maior do que agora. Pela primeira vez na história, o número de velhos poderá ser maior que o de crianças.

No Brasil a situação não é diferente. O envelhecimento populacional mostrou sensível aumento a partir da década de 60, decorrente da redução da fecundidade e redução da mortalidade. Segundo o IBGE, atualmente a expectativa de vida no Brasil está em 68 anos e em 2025 será de 80 anos. Em 2001, as pessoas com mais de 60 anos já eram 14,1 milhões de brasileiros, o que significava 9,1% da população. O peso relativo da população idosa no início da década representava 7,3%, enquanto, em 2000, essa proporção atingia 8,6%. Dentro de 20 anos, os idosos em nosso país serão 32 milhões e representarão 15% do conjunto da população. Este aumento elevará sensivelmente o número de idosos potencialmente dependentes, com baixo nível socioeconômico e capazes de consumir uma parcela desproporcional de recursos da saúde destinada ao financiamento de leitos de longa permanência.

Infelizmente, nossa sociedade urbano-industrial não está preparada para lidar com o prognóstico apresentado. Esta sociedade é exclusivamente alicerçada na produtividade, no lucro imediato e no utilitarismo. Ela impõe um isolamento social às pessoas que envelhecem e não participam diretamente do processo produtivo, que passam a serem tratadas como um estorvo, como seres improdutivos, sem memória, maçantes e fracos. Assim, o idoso, quando se afasta do mundo produtivo (aposentadoria, como regra), afasta-se também do espaço público, ficando com a sociabilidade enfraquecida, pois, freqüentemente, ela foi construída, sobretudo, a partir das relações de trabalho. Este corte, feito, geralmente, de forma abrupta, sem nenhuma preparação prévia, faz com que o idoso se volte para o espaço privado, reproduzindo as condições de isolamento, de invisibilidade e de alienação. Condições estas reforçadas pela diminuição da capacidade física do idoso, pela dependência ou diminuição da sua autonomia, perda de entes queridos e falta de recursos financeiros para garantir a sua própria manutenção. E é assim que o idoso, considerado um peso social, frustra-se com a subtração de seu espaço existencial, anteriormente vivido com plenitude e sucesso. Experimenta uma profunda reação de perda sem nada a substituir o objeto perdido: o seu valor como pessoa. Desta forma, mesmo indivíduos relativamente equilibrados emocionalmente durante a vida pregressa, com a velhice tendem a descompensar. A exaltação da produtividade, a glória do útil e o mérito tirânico da vitalidade jovial monopolizam toda valoração social (Ballone, 2000; Dal Rio, 2001, pp. 34-44; Moragas, 2003; Schirmacher, 2004).

O que nossa sociedade atual parece ignorar é que envelhecer, a despeito das naturais mudanças físicas, representa também um processo de crescimento, uma das condições para a conquista da sabedoria, fruto da experiência amalhada ao longo dos anos e da reflexão característica da maturidade. Logo, o envelhecimento é um processo de degeneração física que não implica, obrigatoriamente, na degeneração mental, psicológica, ou afetiva, embora estas possam ocorrer em idosos que não estejam ocupados em atividades produtivas.

3.2 O Idoso Asilado no Brasil

Para Debert (1999), asilo é um termo carregado de estereótipos negativos. Lar dos velhinhos, jardim ou casa de repouso são expressões encontradas para substituir a rotulação discriminatória, presente na palavra asilo. Preparar os idosos para um envelhecimento institucionalizado adequado é oferecer-lhes espaço para o desenvolvimento de uma intimidade plena, um espaço doméstico perdido que poderia ser recuperado. Mas não pode ser a negação de que vida pública possa ter sentido para as pessoas de idade avançada.

Segundo o relatório da V Caravana Nacional de Direitos Humanos (2000), realizado pela Câmara de Deputados do Brasil, asilos são instituições onde se verifica, primeiramente, uma segregação dos idosos diante da comunidade externa. De acordo com os relatores, a prática de internamento em asilos, encontrada não apenas entre as famílias mais carentes, mas também entre famílias de classe

média e alta, estrutura-se sobre a noção de que o idoso transforma-se em um estorvo. Como regra no Brasil, os idosos em asilos estão apartados de qualquer convivência comunitária; não saem do asilo ou, quando o fazem, realizam apenas breves e vigiadas incursões. Os idosos internados estão abandonados duplamente. Primeiro, pela família; segundo, pela própria instituição. Esse duplo esquecimento os condena a uma realidade sempre idêntica, não raras vezes resumida a um cotidiano de sono e alimentação. A regra nos asilos avaliados é a ausência absoluta de qualquer profissionalismo, seja na administração das instituições, seja no cuidado com os idosos.

O relatório também afirma que, normalmente, aos idosos vitimados por esse modelo asilar não se oferecem atividades. Não podem decidir o que quer que seja, devem responder prontamente às normas internas definidas sempre por outros, comer a comida que outros preparam, dormir e acordar nas horas de praxe, e tomar a medicação que lhes é dada. Frequentemente dentro destas instituições ocorre a despersonalização do idoso. Eles não são concebidos como cidadãos. São pessoas tratadas como absolutamente incapazes, mesmo quando no gozo pleno de suas faculdades mentais ou independentes fisicamente.

Psicologicamente o ancião que vive em instituições se encontra separado do ambiente familiar habitual, rodeado de pessoas estranhas, muitas vezes isolado da atualidade cultural e, evidentemente, podendo estar experimentando a incômoda sensação do abandono, dependência e inutilidade. Afora os aspectos individuais, existem três considerações importantes acerca da velhice. Primeiramente, há um aumento gradativo nas perdas físicas, pois a saúde tende a ser um problema crescente. Em segundo, as pressões e as perdas sociais tendem a se acumular. Finalmente, os idosos defrontam-se com a idéia de que o tempo está se esgotando para eles (Kane 2003; Papalia & Olds, 2000).

A maior parte dos idosos mantidos em asilos é, na verdade, absolutamente capaz de decidir sobre seus interesses e de se organizar, sem necessidade de ajuda de quem quer que seja. O idoso asilado é capaz de produzir, ser útil e feliz em idades bem avançadas, ainda quando portador de uma ou mais de uma doença crônica. Decorre daí o conceito de capacidade funcional, ou seja, a capacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias a uma vida independente e autônoma (Motta, 2004).

Em sua pesquisa sobre qualidade de vida em idosos⁴, Trentini (2004, pp. 4-24) comprova uma prevalência alta e não esperada de idosos internados que se percebem como saudáveis. Para a autora, ao contrário da aparência, o declínio da saúde mental não é típico na terceira idade. Na realidade, a doença mental é menos comum entre adultos mais velhos do que entre adultos mais jovens.

3.3 Abrigos e Crianças Institucionalizadas no Brasil

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reza que o abrigo é um lugar provisório para a criança abandonada até que a família se recupere. Ou, que o pátrio poder seja retirado e a criança entregue para a adoção, mesma situação no caso de crianças órfãs. Segundo o artigo 101 do estatuto, o abrigo caracteriza-se como medida de proteção, não implicando privação de liberdade.

Infelizmente, no Brasil a realidade passa ao largo do que diz a lei. Segundo (Weber & Kossobudzki, 1996), crianças abandonadas e órfãs alocadas em abrigos em todo o país compõem um grupo de 200 mil brasileiros. A maioria tem mais de quatro anos de idade. Todos têm menos de dezenove anos. Muitos deles são “órfãos vivos” de pais e mães que maltrataram os filhos porque também já foram maltratados pela doença e por seus próprios pais. Cerca de 40% das famílias, jamais apareceu

⁴ Noventa idosos internados acima de 60 anos foram entrevistados. Foram excluídos os idosos com doenças terminais e aqueles com demência. A avaliação da percepção de saúde (saudável/doente) alocou os idosos em um ou outro grupo. Todos os idosos responderam sobre questões sociodemográficas, qualidade de vida e sintomatologia depressiva.

na instituição após deixar a criança. Mais de 85% dos meninos e meninas abrigados não recebem visitas regulares dos pais. 37% das crianças abrigadas estão institucionalizadas há mais de um ano e chegam aos abrigos com a idade média de oito anos. O fato é que estas crianças permanecem tempo demais privadas de vínculos afetivos legítimos. O processo de adoção no Brasil, que poderia resolver boa parte do problema na verdade é um processo moroso (menos de 3% dos internos têm o pátrio poder retirado) que termina com abrigos cheios de adolescentes filhos de ninguém e completamente excluídos socialmente. Ao contrário do recomendado por especialistas, poucos abrigos brasileiros contam com uma equipe multidisciplinar (psicólogo, recreador, médico, assistente social, educador e outros) dedicada. No máximo existe um assistente social, de dedicação não exclusiva. O índice de fugas é significativo, embora não oficialmente controlado.

De acordo com Weber & Kossobudzki (1996), os abrigos submetem as crianças e os adolescentes a um regime de "docilidade-utilidade" que as incapacita de lidar com o mundo fora do internato e impede o total desenvolvimento da personalidade e da identidade destes jovens. Seus dias mais alegres são uma ou outra data comemorativa. Os deficientes e doentes são os habitantes mais desgraçados dos abrigos. Ninguém quer assumi-los como filhos. Passam a vida inteira nas instituições, muitas deles com cuidados médicos apropriados, mas vazios de afeto.

Crianças criadas em abrigos têm uma valoração negativa do mundo e de si próprias. A impossibilidade de se formar e manter vínculos afetivos numa instituição de internamento é determinada por vários fatores: o elevado número de crianças por instituição; o tratamento massificado e despersonalizante, no qual todas as crianças e adolescentes devem fazer as mesmas coisas ao mesmo tempo e nada podem possuir; a rotatividade dos funcionários; as transferências dos internos para outras instituições; o desligamento da criança de sua família e comunidade, entre outros. A criança institucionalizada é o protótipo dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante. Dentro dos abrigos, quase sempre se caracteriza o quadro clínico de negligência precoce, uma situação onde não há uma interação satisfatória entre mãe e filho durante uma fase crítica na vida da criança. Essa ocorrência caracteriza uma das condições capazes de interferir no desenvolvimento infanto-juvenil. Dependendo da dimensão psicológica e neurológica deste tipo negligência, mesmo que a criança tenha recebido cuidados materiais e físicos adequados, mas tenha sido esse relacionamento, emocionalmente indiferente ou carente, os danos causados podem ser permanentes. Embora faltem bons estudos fisiológicos a respeito desta questão, pode-se suspeitar que as alterações no desenvolvimento conseqüentes à negligência precoce são, principalmente, devidas à falta de estímulos e contatos emocionais e afetivos. Esse sim parece ser o fator mais importante no atraso do desenvolvimento de certos sistemas cerebrais. Entre os casos que podem ser considerados negligência precoce, o abandono é a forma mais grave e são vários os estudos sobre os efeitos deletérios de um abandono precoce da criança e da insuficiência vínculo mãe-filho para o bom desenvolvimento afetivo e neurológico (Ballone, 2001; Rizzini, 2004)

Segundo (Ballone, 2001), a vida em abrigos tende a inibir as áreas da inteligência nas crianças de uma forma global, interferindo negativamente na coordenação motora geral, na interação social e na linguagem. Por carência de estimulação, de vínculos afetivos e de atenção emocional, as crianças de abrigos podem ter deficiências cognitivas, deficiências de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizado.

É razoável concluir que os danos para a constituição da identidade e do desenvolvimento de jovens abrigados são claros: elas apresentam dificuldades em planejar e refletir sobre o seu futuro; a maior parte apresenta sentimentos negativos em relação aos seus pais biológicos; e são basicamente pessimistas em relação a seus relacionamentos afetivos, sendo que apenas uma pequena parte deseja se casar e ter filhos. Parece que elas constroem hipóteses acerca do mundo tendo por base o abandono que sofreram, abandono este não somente protagonizado por seus pais, mas pelo Estado e

pela sociedade como um todo. As crianças e adolescentes institucionalizados, à parte de discussões jurídicas, acham que ainda não foram adotados simplesmente porque ninguém os escolheu, revivendo a cada dia a situação de rejeição e abandono. Sem menosprezar as lutas interiores mais sérias que o crescimento pressupõe, o fato é que estas crianças, afora o atendimento de suas necessidades físicas e materiais básicas, necessitam desesperadamente de amor, atenção, carinho e muita compreensão (Weber & Kossobudzki, 1996; Ballone, 2001; Rizzini, 2004).

O maior desejo dessas crianças e adolescentes institucionalizados é ter uma família. A necessidade de apego seguro, sob a forma de adoção (que, conforme os fatos apresentados acima dificilmente acontecerá para a maioria) faz-se premente nelas, pois é tal "nutrição afetiva" que possibilita ao homem fazer-se "humano", através de sua criatividade, da sua habilidade em planejar o futuro e da sua capacidade de amar o outro. Elas precisam de estímulos para desenvolver suas capacidades sociais, cognitivas e emocionais. Necessitam ser tocadas com carinho e interagir com outras pessoas de fora do abrigo (Weber & Kossobudzki, 1996).

3.4 A Importância da Saúde Mental para Crianças e Idosos

No mundo atual, os valores e regras que sustentam o equilíbrio do indivíduo na sociedade são constantemente repudiados e violados, o que atrapalha significativamente o trabalho dos organismos que se esforçam em melhorar a qualidade de vida do planeta, como a Organização Mundial de Saúde. A saúde, principalmente a mental, é um dos elementos primordiais para que tal meta seja alcançada (Capelatto, 2002, pp. 7-9).

Em um relatório publicado em 2001⁵, a Organização Mundial de Saúde considerou a saúde mental como elemento essencial para o bem-estar geral das pessoas, das sociedades e dos países, devendo ser universalmente encarada sob uma nova luz, já que foi negligenciada tempo demais. Estimativas sugerem que aproximadamente 450 milhões de pessoas atualmente sofrem de desordens mentais ou neurológicas ou de problemas psicossociais tais como aqueles relacionados com álcool e abuso de drogas. Além do sofrimento e ausência de cuidado adequado para estas pessoas, repousam as fronteiras do estigma, vergonha, exclusão e, mais freqüentemente do que se tem conhecimento, morte. A depressão é a líder destas desordens e, dentro de 20 anos, se tornará a segunda causa de doenças no mundo. Para a OMS (2001, pp. 24-30), a depressão é caracterizada por tristeza, perda de interesse em atividades e queda na disposição. Outros sintomas incluem perda de confiança e auto-estima, culpa, pensamentos de morte e suicídio, diminuição de concentração, bem como distúrbios de sono e apetite.

O relatório da OMS (2001, pp. 1-13) registra também que uma pessoa em cada quatro será afetada por desordem mental em algum estágio da vida, sendo que o risco aumenta com a idade. Para um mundo em processo de envelhecimento, o peso social e econômico das doenças mentais é potencialmente enorme. Este cenário traz grandes custos econômicos para sociedade, em função de necessidades de serviço social e de saúde, impacto em famílias e entidades assistenciais, nível de criminalidade e segurança pública e o impacto negativo da mortalidade prematura. Este problema também traz impacto à qualidade de vida daquelas pessoas afetadas por desordens mentais e em suas famílias, causando uma disrupção massiva em suas vidas.

Em sua pesquisa sobre qualidade de vida em idosos, Trentini (2004, pp. 3-24) comprova que na avaliação de percepção de saúde foi verificada a influência da intensidade dos sintomas depressivos bem como da dimensão independência: quanto maior a intensidade de depressão, maior a associação com percepção "doente", já quanto maior o nível de independência, maior a correlação com percepção "saudável" entre idosos internados. A relação entre qualidade de vida e intensidade de sintomas depressivos ou níveis de desesperança neles também é próxima. O idoso que avalia a

⁵ World Health Organization. The World Health Report 2001, Mental Health: New Understanding. Switzerland, 2001.

sua qualidade de vida como ruim apresenta significativamente mais sintomas depressivos. Assim como quem tem esperança pode alcançar melhores condições de saúde.

Para a OMS (2001, pp. 1-13), os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Para (Capelatto, 2002, pp. 7-10), uma família tem boa saúde mental quando há presença de: tolerância às frustrações; aceitação de si mesmo e do outro; aceitação de limitações; respeito por si mesmo e pelo outro; e prazer nas pequenas conquistas do dia-a-dia.

Uma baixa auto-estima na criança está correlacionada com altos níveis de ansiedade, insegurança, pouca estabilidade emocional, passividade, hipersensibilidade à crítica e baixo rendimento na escola. Por outro lado, uma criança ou adolescente com auto-estima presente tem maior probabilidade de um bom e adequado ajuste psicológico, de apresentar condutas de cooperação, segurança e, bom humor. O cuidado afetuoso, atento e estável permite à criança desenvolver normalmente funções como a linguagem, o intelecto e a regulação emocional. A criança privada de afeto por parte de seus cuidadores tem mais probabilidades de manifestar transtornos mentais e comportamentais, seja durante a infância ou numa fase posterior da vida. Infelizmente no Brasil, embora as unidades de abrigo governamentais e privadas (assistenciais) tenham como objetivo geral a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de rua, órfãos ou abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos e de abuso sexual, elas permanecem à mercê de danos emocionais e sujeitas a diversos atentados contra sua saúde mental. A garantia das necessidades materiais básicas não é suficiente para impedir a tragédia pessoal futura de cada uma das crianças abrigadas (Weber & Kossobudzki, 1996; Gabardino, 1992; OMS, 2001, pp. 1-13).

3.5 Relações Intergeracionais entre Crianças Abridadas e Idosos Asilados

Segundo Moradas (2003), geração pode ser definida como “o tempo histórico que agrupa pessoas em função de sua idade”. A vivência dos mesmos acontecimentos origina atitudes, sentimentos e comportamentos semelhantes, que possibilitam a identificação de membros da geração entre si. Na sociedade atual, tecnologicamente avançada, os conhecimentos mais recentes não são possuídos pelos mais velhos, mas sim pelos jovens e, com frequência, se hipertrofia a importância dos avanços tecnológicos para a formação dos jovens, esquecendo-se dos valores humanísticos e sociais.

Contudo, pela caracterização dos idosos e crianças objetos deste estudo, não há possibilidade de conflito de gerações à luz do raciocínio de Moradas (2003), pois ambos os grupos possuem realidade muito diferente daqueles que possuem contato com tecnologia. Além disso, são verdadeiros marginais da “sociedade atual” retratada.

A idéia de unir de crianças abrigadas e idosos asilados pode preencher as carências afetivas de ambas as partes: um vovô ou vovó potencial para uma criança esquecida pela sociedade; um neto ou neta potencial para um idoso esquecido pela sociedade. Esta conjunção poderia estabelecer novas perspectivas e um aumento da auto-estima para todos os envolvidos, fruto das necessidades compartilhadas e recíprocas demonstradas por estas crianças e idosos. Estas duas gerações precisam estimular e serem estimuladas, ensinar e serem ensinadas, aprender sobre e a partir do passado, e construir juntas uma identidade cultural. Portanto, este encontro de gerações poderia ser um meio de promover a saúde mental e a qualidade de vida de ambas os grupos especificados. Esta união também poderia vir a se tornar um veículo de troca de aprendizado entre novas e velhas gerações visando benefícios social e individual mútuos para os participantes.

Se a satisfação com a família é uma importante condição associada com bem estar do idoso (Trentini, 2004, pp.14-24), que conseqüências a conjunção com estes novos netas e netas em situação de desamparo, trariam para sua qualidade de vida? Um outro índice correlacionado com o

bem estar e a satisfação é a avaliação que o idoso faz de sua situação atual que, em grande medida, sofre influência da presença ou da ausência de estressores. Não poderia a convivência com as crianças levar ao desenvolvimento de elementos de influência antiestressante para estes idosos asilados? Para Capelatto (2002, pp. 7-10) o simples ato de cuidar de um outro ser humano é um ato consciente que pode ser ensinado, e consiste, por sua vez, num dos maiores geradores de prazer que se conhece. Cuidar apropriadamente dos outros assim como de si mesmo, pode representar o começo de uma grande transformação individual e social.

Para a OMS (2001, pp. 24-30), o desenvolvimento psicossocial e cognitivo das crianças dependem das suas interações com seus pais, e programas que tragam progresso na qualidade destas relações podem melhorar substancialmente o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e físico destas crianças e, por extensão, à promoção da saúde mental delas. Crianças abrigadas em regime permanente não poderiam obter os benefícios destas interações de caráter paterno dos idosos asilados?

3.6 Projetos Intergeracionais entre Crianças e Idosos

De acordo com o Maryland Intergenerational Coalition (2002), um programa ou projeto intergeracional é uma interação intencional planejada de diferentes grupos etários, da infância à velhice, em uma variedade de situações que proporcionam: comunicação estreita; compartilhamento e troca de conhecimento, habilidades, sentimentos e idéias; e atividades cooperativas de valor significativo para jovens e velhos.

Para Aday (1993, pp 12-17), programas e projetos que unem jovens e idosos de modo organizado podem ser encontrados comumente nos Estados Unidos. Projetos intergeracionais têm tido grande sucesso em reduzir a distância entre jovens e velhos por várias razões, entre elas: promoção da atenção ao passado, presente e futuro; compartilhamento de diferentes valores e estilos de vida; desenvolvimento em ambas as gerações da sensação de pertencimento à sociedade maior.

Estes projetos poderiam proporcionar uma troca mútua de experiências, sentimentos (principalmente frustrações), atenção e afeto, entre idosos asilados e crianças de abrigo, proporcionando uma melhor manutenção da saúde mental de ambos os grupos. Elos familiares poderiam ser potencialmente estabelecidos entre os dois grupos, o que reduziria o sentimento de solidão das duas gerações e proporcionaria condições necessárias para a transmissão da cultura tradicional dos mais velhos para os mais jovens.

Para os idosos asilados estes projetos poderiam funcionar como mecanismos de inclusão e como antídoto para extinção ou minimização dos aspectos negativos decorrentes ou atribuídos à própria velhice. Além disso, eles poderiam ajudar as crianças abandonadas e órfãs a compreender as diferenças e a encontrar o sentido da vida, bem como participar das explorações, descobertas, fantasias e atividades delas, apoiando-as no desenvolvimento da curiosidade e da criatividade. Outros benefícios potenciais permitiriam aos idosos participantes:

- Criar um território que lhes dê um sentido de pertencimento e de identidade, enriquecendo sua visão de mundo. A convivência propiciaria oportunidades de novas conquistas e o direito à satisfação pessoal.
- Melhorar o autoconceito (imagem subjetiva que cada um tem de si próprio), a autoimagem e estima, trazendo reconhecimento e, principalmente, combatendo o isolamento social e a depressão.
- Permitir um envelhecimento saudável, preservando a capacidade funcional e a autonomia, mantendo o nível de qualidade de vida e desenvolvendo uma atividade ocupacional prazerosa e mecanismos de atenuação do estresse.
- Iniciar o processo de mudança de uma cultura exacerbadora de dependência e submissão, por outra que estimule a autonomia e a prática da cidadania na terceira idade.

- Estimular o acesso a uma série de elementos que atuem sobre a memória física e afetiva.

Para as crianças de abrigo, os projetos intergeracionais podem trazer benefícios como o resgate de uma família, através da imagem e papel de avô e avó, o que levaria a um reforço significativo no suporte emocional e afetivo adicional de cada uma delas. A insegurança e as sensações de não ter um lugar poderiam ser drasticamente minimizadas, de modo que as crianças se sentissem valorizadas e aceitas pela sociedade. Além disso, segundo o Maryland Intergenerational Coalition (2002), programas intergeracionais podem melhorar a performance escolar das crianças, estimular a capacidade mental, reconectá-las à comunidade local onde vivem, introduzir novas experiências em suas vidas e relembrá-las da alegria de viver.

Neste tipo de programa, os idosos poderiam comunicar às crianças valores positivos, a fim de que elas os tivessem como modelo. Avôs e avós mantêm rituais e tradições, possuem um tesouro de histórias primais, ensinam os jovens e nutrem a lembrança dos espíritos ancestrais que protegem a comunidade. Eles escutam os sonhos e dizem o que significa uma nova palavra. Resta-lhes pouco tempo, no entanto muito tempo para dedicar. O idoso poderia, portanto, ser um modelo para uma criança que, por sua vez, nele faz renascer a esperança da construção. A relação entre eles seria então fonte de riqueza para ambos. Para os jovens, as referências são outras pessoas, palavras, gestos que vão propiciar a formação da identidade. Crianças e adolescentes que estabelecem vínculos harmoniosos nos seus momentos de frustração, por meio dos quais recebem amor e compreensão, desenvolverão uma identidade sadia, conseguindo suportar frustrações até o momento adequado para realizar seus desejos. No caso das crianças abrigadas em regime permanente, onde há falta de uma estrutura familiar (ausência de pai e mãe), os idosos asilados poderão assumir o papel de cuidadores eventuais, respeitando as necessidades desses jovens em formação: alguém que lhes proporcione a oportunidade de viver muito amor, acompanhado de medos, raivas e ciúmes (Capelatto, 2002, pp. 7-13; Hillman, 2004).

Inúmeras atividades podem ser conduzidas dentro de projetos intergeracionais, dentre os quais destacam-se:

- Narração de histórias - Os idosos podem levar livros, revistas e jornais para os abrigos com a finalidade de ler e contar histórias de modo vivo e interessante, fazendo perguntas que ajudem na compreensão do texto por parte do grupo de crianças ou adolescentes abrigados. As narrativas são tidas como muito poderosas porque são experiências de outras pessoas (escritores) que podem ser usadas para preencher lacunas na própria vida de quem as escuta. Em apresentando detalhes concretos, elas serão geralmente bastante persuasivas. São mais rápida e longamente memorizadas que idéias abstratas isoladas. De acordo com Caldin (2001), a função terapêutica da leitura admite a possibilidade de a literatura proporcionar a pacificação das emoções. Trata-se da “biblioterapia” como a prescrição de materiais de leitura que auxiliem a desenvolver maturidade e nutram e mantenham a saúde mental. Inclui na biblioterapia; romances, poesias, peças, filosofia, ética, religião, arte, história e livros científicos. Com o passar do tempo, dependendo do repertório escolhido e da forma com que as histórias serão contadas, as crianças abrigadas poderão: perceber que normalmente há mais de uma solução para seus problemas, verbalizando-os e os exteriorizando; comparar suas próprias emoções com às emoções dos outros e entendê-las melhor; ser encorajadas a encarar sua própria situação de forma realista; refletir mais e realizar uma introspecção para o crescimento emocional; verificar falhas alheias semelhantes às suas próprias, aumentando no processo sua auto-estima ao perceber que seus problemas já foram vivenciados por outros; aferir valores e aumentar a sensibilidade social, bem como reforçar padrões culturais e sociais aceitáveis; entender melhor suas reações psicológicas e físicas de frustração e conflito; e experimentar situações perigosas sem que o tenham que passar pelos perigos reais.
- Brincadeiras e Jogos – Para a criança brincar não é apenas um passatempo. Seus jogos estão relacionados com um aprendizado fundamental; seu conhecimento do mundo através das suas próprias emoções. Por meio de jogos, cantigas de roda, brincadeiras, passatempos e outros, cada

criança cria uma série de indagações a respeito da vida. As mesmas que mais tarde, já adulta, ela voltará a descobrir e ordenar, fazendo uso do raciocínio. No brincar a criança tem a oportunidade de interagir com os idosos e objetos, liberar sua criatividade, explorar seus limites e adquirir repertórios comportamentais e afetivos de forma reforçadora e prazerosa. A autoestima pode modificar-se significativamente, ser fortalecida e através de experiências emocionais e cognitivas que o brincar oferece e, assim as crianças podem se beneficiar para seu crescimento pessoal. Brincando, as crianças reproduzirão situações concretas pondo-se no papel dos idosos, imitando-os e procurando entender o seu comportamento. Segundo a UNICEF (2001), a interação e as brincadeiras estimulam nas crianças e adolescentes o sentido de que são protagonistas de seu próprio desenvolvimento, o aprendizado precoce e, assim, seu desenvolvimento psicossocial. Esses cuidados com a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento infanto-juvenil contribuem para o complexo processo do desenvolvimento das capacidades humanas. São elementos que se reforçam mutuamente – cada um sendo essencial – e que, somados, criam a sinergia necessária para assegurar que a vida das crianças e adolescentes asilados sejam saudáveis.

- Rodas de Conversa – Os bate-papos intergeracionais podem ser úteis para ambos os grupos, especialmente para os adolescentes. Além da troca de experiências entre os dois grupos, a reunião podem contemplar a leitura de um texto específico (de acordo com uma pauta pré-determinada ou não), uma oração ou um canto.
- Estímulo do Hábito da Leitura nas Crianças – Hábito da leitura mantém-se como principal chave para despertar lúdico e fundamental para a aprendizagem. É possível desenvolver diversas atividades para a formação do leitor, incluindo desde os alunos ainda não alfabetizados até os que necessitam aperfeiçoar a capacidade de ler e manter vivo o interesse pela leitura. Os idosos podem realizar atividades com a finalidade de contagiar, estimular e orientar as crianças e adolescentes do abrigo. Organização de clubes de leitura e saraus poéticos pelos dois grupos representa uma alternativa.
- Reforço Escolar e Oficinas de Redação – Os idosos podem realizar o acompanhamento de crianças e adolescentes que necessitam de ajuda, evitando o fracasso escolar e a perda de autoestima decorrente. Sem substituir a ação do professor e sem se sobrepor a ele, a atuação dos idosos pode se realizar em parceria com escolas.
- Promoção da Arte – Segundo o Instituto Ethos (1999), fazer arte envolve pensamento, intuição, sensibilidade e imaginação. É uma oportunidade para liberar o potencial criativo e promover o crescimento integral da criança e do jovem do abrigo. A vivência da arte possibilita a expressão de sentimentos e emoções e o exercício da descoberta e da invenção. A atividade artística amplia o conhecimento de si mesmo, do outro e da realidade; é um processo que contribui para formar cidadãos em seu pleno sentido. A Pintura, por exemplo, pode estimular a expressão dos sentimentos e dos conceitos que a criança do asilo não está ainda em condições de exprimir com palavras, funcionando como válvula de escape para as explosões de raiva, os ressentimentos, as desilusões e os aborrecimentos. O idoso poderá ajudar a criança a usar com maior destreza as próprias mãos e sentir-se orgulhosa e satisfeita por ter criado algo.
- Culinária e Artesanato – A história, a cultura da comunidade, as instituições, as profissões tradicionais, o artesanato e a gastronomia do passado se comunicam às gerações presentes para uma interpretação global do mundo contemporâneo. Oficinas intergeracionais, casas de ofícios tradicionais, museus populares com demonstrações artesanais, bate-papos de idosos em escolas, etc, são manifestações de que os mais velhos podem contribuir com algum sentido ao mundo dos jovens (Moradas, 2003). Idosas poderiam ensinar receitas simples e típicas para grupos de crianças, ao mesmo tempo que relacionam cada prato com sua origem e curiosidades culturais associadas.
- Técnicas Agrícolas – Idosos poderiam ensinar técnicas básicas de montagem e manutenção de pequenas plantações, jardins, hortas e outros.

3.7 Exemplos de Projetos Intergeracionais Bem-sucedidos

Embora não sejam projetos envolvendo especificamente crianças abrigadas em regime permanente e idosos asilados, existem vários projetos intergeracionais que foram muito bem sucedidos em termos de integração, colaboração, compartilhamento de informações e sentimentos entre grupos de jovens e velhos.

Aday (1993) descreve o sucesso projeto experimental de 8 semanas reunindo um grupo de 19 adolescentes negros em “risco” social e econômico e 19 idosos voluntários provenientes do Boynton Senior Citizen Center (University of Tennessee, USA), entre 60 e 80 anos. Comprovados através da mediação de indicadores quantitativos e qualitativos aplicados no grupo de jovens adolescentes, o projeto atingiu plenamente seus objetivos de: desenvolver o contato intergeracional visando aprendizado mútuo e redução de atitudes negativas e estereótipos dos mais jovens para com os mais velhos; proporcionar oportunidades para os jovens compreenderem melhor o processo de envelhecimento e problemas enfrentados pelos idosos; promover, através de interações e atividades sociais, a amizade entre os dois grupos participantes.

Souza (2003) estudou o caso de um projeto de 1994, para integração entre gerações em Taguatinga, DF, Brasil, com a finalidade de promover o bem estar dos idosos e adolescentes, usando-se o processo de reminiscências como meio de integração. A autora avaliou o projeto de acordo com a opinião dos participantes, enfatizando a contribuição desses grupos etários na construção de capital social e utilizando como metodologia uma pesquisa qualitativa com uso de grupos focais. Os resultados do estudo sugeriram a mudança de atitude dos jovens em relação aos idosos e à velhice. Os idosos relataram melhora no estado de saúde. Para os dois grupos etários os achados sugeriram aprimoramento da convivência entre gerações. Os achados pareceram indicar que as atividades de integração entre gerações contribuíram para fortalecer a confiança mútua e normas de reciprocidade.

Em seu estudo, Scornavacca Jr. (1998, pp. 2-5) cita o caso bem sucedido da instituição Amparo Santa Cruz, localizada em Porto Alegre, Brasil. Esta organização, fundada em 1940 para hansenianos, criou em 1986 um lar de idosos para uma experiência de integração criança-idoso, que permite, até hoje, segundo o autor, uma salutar troca de experiências entre gerações. A missão do Amparo Santa Cruz é promover bem-estar social e formar cidadãos, assistindo crianças e idosos carentes que, em sua maioria, não possuem nenhum apoio ou estrutura familiar. Para os idosos o Amparo Santa Cruz enfatiza a reintegração social, desenvolvimento cultural e conscientização da sua real importância junto à sociedade. Já para os jovens, o Amparo busca a sua formação, proporcionando educação formal e iniciação profissional, por meio de um ambiente que auxilia a construção de seu caráter.

Contudo, como pode ser visto neste artigo, casos específicos de projetos intergeracionais no Brasil analisados sob enfoque científico são muito raros. Segundo relatório publicado pelo GESET (2001, pp. 15-20), o setor de educação responde pela maior concentração de organizações não governamentais (cerca de 29%). São programas de alfabetização e capacitação de jovens e adultos; apoio a melhorias de gestão escolar e processos que visam à elevação da qualidade dos serviços da escola pública; e programas de redução da chamada exclusão digital. Apesar das outras áreas que vêm se incorporando ao escopo de trabalho das ONGs mais recentemente formadas, notou-se uma prioridade pela atuação junto à educação, visualizada, também, pelo volume de periódicos, cartilhas, manuais e vídeos produzidos pelas instituições. Quanto ao público-alvo os dados da pesquisa revelaram que o principal destino das atividades das ONGs no Brasil é o público de crianças e adolescentes (tabela 1), sendo que tais atividades se resumem na prestação de serviços de atendimento complementar daquelas em situação de risco pessoal e social.

**Tabela 1 - ONGS, segundo principais categorias de público atingido (admitidas respostas múltiplas).
Fonte: GESET (2001, p. 25).**

Público-alvo	n° de entidades	%
Crianças e/ou adolescentes	79	63,70%
Movimentos urbanos	65	52,40%
Associações de moradores/movimentos de bairro	58	46,60%
Mulheres	52	41,90%
Outras ONGs	32	25,80%
Público em geral	28	22,50%
Sindicatos rurais	28	22,50%
Pequenos produtores	26	20,90%

3.8 Ponderações sobre Riscos Inerentes aos Projetos Intergeracionais

Ramos (1993) demonstra que a maioria dos idosos brasileiros (85%) apresenta pelo menos uma doença crônica e que uma significativa minoria destes idosos (10%) possui, no mínimo, cinco destas patologias. Cerca de 40% dos indivíduos com 65 anos ou mais de idade requerem algum tipo de ajuda para realizar pelo menos uma tarefa como fazer compras, cuidar das finanças, preparar refeições e limpar a casa. Uma parcela menor, mas significativa (10%), requer auxílio para realizar tarefas básicas. Doenças como depressão e demência já estão, em todo mundo, entre as principais causas de anos vividos com incapacidade, exatamente por conduzirem à perda da independência e, quase necessariamente, à perda da autonomia. A maioria das doenças crônicas que acometem o indivíduo idoso tem, na própria idade, seu principal fator de risco. Envelhecer sem nenhuma doença crônica é antes exceção do que regra. Tais fatos podem gerar empecilhos, no mínimo em termos de abrangência em seus benefícios, para qualquer projeto intergeracional, que necessitam de idosos independentes ou semidependentes para o seu sucesso e eficácia.

Outro fator relevante em termos de influência negativa em projetos de conjunção de idosos asilados e crianças abrigadas em regime permanente envolve as dificuldades naturais no processo de integração. Idosos asilados, na maioria dos casos, sentem muito o abandono realizado por seus próprios familiares e sonham com o carinho e a atenção dispensados por gente de seu próprio sangue. Por outro lado, de acordo com Weber & Kossobudzki (1996), as crianças e adolescentes abandonados em abrigos costumam afirmar que preferem morar no internato a conviver novamente com sua família biológica, embora o seu desejo mais intenso é ser adotados e morar com uma família substituta. Tais fatos podem colocar o processo de integração entre os dois grupos, essencialmente estranhos, em risco, caso não ocorra uma preparação prévia de ambos para os projetos.

Finalmente, alguns tipos de atividades e interações, anteriormente citadas, realizadas pelos idosos para as crianças dentro dos projetos intergeracionais, exigem um certo nível de educação e preparação prévia. Infelizmente, a escolaridade do idoso no Brasil é baixa. Segundo o IBGE (2004), somente 67% das pessoas de mais de 60 anos são alfabetizadas. São idosos sem escolaridade formal e sem formação profissional especializada. A maioria são trabalhadores que estiveram ligados ou lotados no setor agrícola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário de outras partes do mundo, os idosos no Brasil são freqüentemente segregados das gerações mais jovens. Em outras sociedades, os mais velhos têm papéis importantes na educação

das crianças, no processo de ensinar princípios e valores morais, na instrução de comportamentos socialmente aceitáveis e no estímulo do senso de responsabilidade.

De acordo com o exposto neste artigo, nossa sociedade provavelmente não sobreviverá se um de nossos maiores grupos populacionais, os idosos forem colocados à margem, como ocorre hoje, especialmente idosos asilados. Há uma possibilidade de que alguns idosos passem a sentir raiva de si mesmos por consumir os recursos da sociedade sem construir ou produzir nada. E para eles, restará apenas a angústia, o medo da solidão e da morte, a depressão, o isolamento imposto e a baixa auto-estima.

A oportunidade de prestar serviços demandados pela sociedade, de ajudar crianças desesperadamente necessitadas (como as de um abrigo), de criar algo que seja interessante, de realizar trabalho útil, é um caminho para propiciar ajustamento e integração para estes idosos. Por isso, em termos hipotéticos, projetos intergeracionais entre crianças abrigadas em regime permanente e idosos asilados podem ser um meio de resgate da capacidade potencial para o trabalho de cada idoso, uma vez perdida ao se recolher a um asilo. Projetos de integração entre estes dois grupos, tão afetivamente carentes, poderiam permitir que ambos voltassem a se tornar socialmente ativos. Esta conjunção poderia proporcionar aos dois grupos, benefícios tais como: suporte emocional mútuo, com aumento da auto-estima e diminuição da sensação de solidão; estimulação e melhoria da saúde mental, através do compartilhamento de experiências e da chance de contribuir para o desenvolvimento do outro; desenvolvimento de papéis sociais, como servir ao semelhante; recreação física e intelectual compartilhada; e estimulação sensorial. Citando Lapassade (1963, p. 40), “...nenhum homem se humaniza sozinho. Sempre precisa de outro, que testemunhe seu inacabamento”.

Embora as empresas socialmente responsáveis estejam usando critérios capitalistas para escolher projetos sociais, os fatos apresentados neste artigo demonstram que os projetos intergeracionais possuem benefícios convincentes o suficiente para despertar o interesse de potenciais financiadores. Mesmo sem estratégias consistentes para suprir as necessidades de caixa de uma ONG, o impacto social e o potencial multiplicador de um projeto intergeracional, perfeitamente mensurável em termos de aumento da qualidade de vida, podem vir a justificar uma abordagem mais assistencialista, ao invés do tradicional enfoque em geração de proventos para auto-sustentação. Especificamente no caso da conjunção de idosos asilados e crianças abrigadas, o contexto da idéia e o conceito de negócio se encontram suficientemente alinhados com ambos os públicos-alvos e os programas e projetos relacionados poderão ter custos de manutenção muito baixos, se comparados a outras iniciativas do terceiro setor.

Contudo, programas e projetos intergeracionais precisam ser devidamente avaliados quanto a sua eficácia. De acordo com Costa & Castanhar (1998, pp. 3-4), a lista dos critérios que podem ser utilizados são: eficiência; eficácia, ou a medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas; sustentabilidade, que mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social em questão, após o seu término; análise custo-efetividade, similar à idéia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; e satisfação dos idosos e das crianças.

Este estudo exploratório deve ser considerado apenas um passo inicial em um processo contínuo de pesquisa. São necessários maiores estudos controlados de modo cuidadoso, a fim de verificar se as hipóteses e idéias sugeridas tenham aplicabilidade específica e geral.

REFERÊNCIAS

Aday, R.H. et al. (1993) “Impact of an Intergenerational Program on Black Adolescents’ Attitudes Toward the Elderly.” *Educational Gerontology*, USA, 19 (7): 663-674. 1993.

Ballone, G.J. (2000) Transtornos do Envelhecimento. Campinas, Brasil. Available at: <<http://www.psiqweb.med.br>>. Access: June 10th 2001.

Ballone, G.J. (2001) Criança Adotada e de Orfanato. Campinas, Brasil. Available at: <<http://www.psiqweb.med.br>>. Access: June 10th 2001.

Brasil (1990) Poder Judiciário. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasil, Brasília.

Brasil (2002) Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos. Relatório da V Caravana Nacional de Direitos Humanos, Sistema Asilar Brasileiro: Uma Amostra da Realidade dos Abrigos e Asilos de Idosos no Brasil. Brasil, Brasília.

Caldin, C.F. (2001) “A Leitura Como Função Terapêutica: Biblioterapia.” Paper presented at the Encontro de Biblioteconomia, Florianópolis, Brasil, December 2001.

Capelatto, I. R (2002) Educação com Afetividade. Coleção Jovem Voluntário, Escola Solidária. São Paulo, Brasil: Fundação Educar DPaschoal.

Costa, F.L. & Castanhar, J.C. (1998) “Avaliação Social de Projetos: Limitações e Possibilidades”. Paper presented at the ENANPAD, São Paulo, Brasil, September 19-21.

CSIS - Commission on Global Aging (2002) Meeting the Challenge of Global Aging. USA: CSIS.

Dal Rio, M.C. (2001) O Trabalho Voluntário: Uma Questão Contemporânea e um Espaço para o aposentado. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). São Paulo, Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Debert, G.G. (1999) A Reinvenção da Velhice. São Paulo, Brasil: EDUSP.

Estatísticas Populacionais, Sociais, Políticas e Culturais (2004) São Paulo, Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Available at <<http://www.ibge.com.br/>>. Access: August 15th 2004.

Gabardino J. et al. (1992) Children in Danger: Coping With the Consequences of Community Violence. USA: John Wiley & Sons Inc.

GESET – Gerência De Estudos Setoriais (2001) Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial Nº 3. Brasília, Brasil: AS/GESET.

Hillman, J. (2004) A Terrible Love of War. USA: The Penguin Press HC.

Instituto Ethos (1999) O Que as Empresas Podem Fazer pela Educação. São Paulo, Brasil: CENPEC.

Kane, R.L. et al. (2003) Essentials of Clinical Geriatrics. 5.ed. USA: McGraw-Hill.

Lapassade, G. (1963) L’entrée dans la vie. Essai sur l’inachèvement de l’homme. Paris, Minuit.

Maryland Intergenerational Coalition (2002) How to Start Intergenerational Programs in Communities. MD, USA: VMAssociates.

Moragas, R. (2003) “Relações Intergerações nas Sociedades Contemporâneas”. Paper presented at the Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, São Paulo, Brasil, October 15-17.

Motta, L.B. (2004) Formando Médicos para o Desafio do Envelhecimento com qualidade no Brasil: Uma Contribuição à Elaboração de Currículos. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro, Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Papalia, D.E. & Olds, S.W. (2000) Desenvolvimento Humano. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas Sul.

Paschoal, S. M. P. (2000) Qualidade de Vida do Idoso: Elaboração de um Instrumento que Privilegia sua Opinião. Dissertação (Mestrado em Medicina). São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo.

Ramos, L.R. et al. (1993) A Explosão Demográfica da Terceira Idade no Brasil: Uma Questão de Saúde Pública. Gerontologia, São Paulo, Brasil, 1(1):3-8.

Rizzini, Irene & Rizzini, Irma (2004) Institucionalização de Crianças no Brasil. São Paulo, Brasil: Loyola.

Schirmacher, F. (2004) Das Methusalem-Komplott. Alemanha: Erscheinungsdatum.

Scornavacca Jr., E. (1998) “Administrando Projetos Sociais”. Paper presented at the ENANPAD, São Paulo, Brasil, September 11-21.

Selltiz, C. et al. (1987) Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. 2.ed. São Paulo, Brasil: EPU.

Souza, E.M. (2003) “Integração Entre Gerações na Promoção da Saúde: Estudo Qualitativo no Brasil” Revista Saúde Pública, São Paulo, Brasil, August 37-4, p.463-469.

Trentini, C. M. (2004) Qualidade de Vida em Idosos. Tese (Doutorado em Psiquiatria). Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (2001). Relatório da Situação da Infância Brasileira. Brasília, Brasil: UNICEF.

Vergara, S. C. (2003) Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 4.ed. São Paulo, Brasil: Atlas.

Weber, L. N. D. & Kossobudzki, L. H. M. (1996) Filhos da Solidão: Institucionalização, Abandono e Adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná - Secretaria da Cultura.

World Health Organization (2001) The World Health Report 2001, Mental Health: New Understanding. Switzerland.